

CARTA ABERTA: POR UM NOVO COMPROMISSO AUTÁRQUICO NA POLÍTICA AMBIENTAL E NO COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NO MUNICÍPIO DE COIMBRA

O último relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) de 2023, alerta que o aquecimento global de 1,5°C poderá ainda ser atingido esta década, exigindo ações drásticas e imediatas para reduzir as emissões de gases de efeito de estufa (GEE). A redução mais significativa de GEE terá que acontecer nos próximos 5 anos sob pena de comprometermos de forma irreversível a meta da neutralidade carbónica em 2050. As consequências da inação são sobejamente conhecidas: maior frequência de eventos climáticos extremos, ondas de calor mais longas e mais intensas, secas severas, inundações, incêndios florestais, perda de biodiversidade, subida do nível do mar e impactos económicos e sociais profundos.

Neste contexto, o rotundo falhanço da COP 30, que terminou sem incluir um roteiro claro para o fim dos combustíveis fósseis no seu texto final, reforça a necessidade de intensificar o papel do poder local na descarbonização e preservação dos ecossistemas. Na ausência de uma ação climática global concertada, a lógica do “**pensar globalmente, AGIR localmente**” assume cada vez mais relevância. É, por isso, que o novo ciclo autárquico que agora se inicia, se reveste de uma importância crítica para o sucesso das políticas de redução de emissões e para a salvaguarda da biodiversidade e dos espaços naturais, ou seja, os nossos sumidouros naturais de carbono.

Os progressos do município de Coimbra em matéria de sustentabilidade continuam muito aquém do necessário. Persistem a degradação de espaços verdes urbanos e as ameaças às áreas naturais nas zonas periurbanas. É hoje evidente o aumento das ilhas de calor por toda a cidade, resultantes do abate massivo de árvores adultas no âmbito do projeto Metro Mondego, e outras intervenções, que ignoraram a Carta da Estrutura Verde do município. Por outro lado, as margens do Mondego permanecem ao abandono, tomadas por espécies invasoras, como na zona do Rebolim, que aguarda restauro ecológico desde a destruição das galerias ripícolas em 2021.

A transição energética é lenta, sendo raros os painéis solares nos telhados, enquanto a mobilidade urbana se mantém excessivamente dependente do automóvel, com um número crescente de carros a entrar na cidade com um impacto considerável sobre a qualidade do ar. A rede de transportes públicos está longe de satisfazer as necessidades dos utentes, enquanto as formas de mobilidade suave, ciclável e pedonal, são muitas vezes secundarizadas no planeamento da cidade.

Também na gestão de resíduos não se registaram progressos relevantes: a taxa de reciclagem mantém-se baixa face às metas europeias e o abandono impune de embalagens e plástico descartável tornou-se comum nas ruas de Coimbra.

Por fim, o município necessita de assumir um papel mais ativo no que diz respeito à Educação Ambiental na sua rede de escolas, promovendo estilos de vida mais sustentáveis e saudáveis, com enfoque também na redução da pegada de carbono por via da alimentação.

Há um longo caminho a percorrer, e as organizações subscritoras desta Carta Aberta querem participar ativamente deste processo, tornando Coimbra um exemplo nacional no que diz respeito à cidadania ativa e à sustentabilidade.

Neste sentido, apelamos ao executivo da Câmara Municipal de Coimbra para:

1. Operacionalizar o seu Plano Municipal de Ação Climática (PMAC), convocando, no mais curto espaço de tempo possível, o seu Conselho Municipal de Ação Climática, que está por constituir desde a criação do primeiro PMAC em 2021 (então designado Comissão de Acompanhamento).
2. Organizar um Encontro Aberto para debater o atual PMAC, cuja discussão pública na prática não chegou a ocorrer, com o objetivo de recolher contributos que permitam o seu enriquecimento.
3. Estudar e apresentar os pressupostos de uma futura Declaração de um Estado de Emergência Climática no município, dando um sinal claro e inequívoco de que o município assume a crise climática como uma prioridade central. Os eventos climáticos extremos do ano 2026, a

tempestade Kristin e a iminência de uma cheia centenária no Mondego, mostram que o perigo das ameaças climáticas no nosso município é real e que exigem políticas públicas baseadas na ciência e nas melhores práticas ambientais, não repicando erros do passado.

Coimbra, pela sua centralidade regional e pelo seu estatuto de cidade do conhecimento, tem uma responsabilidade acrescida na liderança climática na zona Centro. Um compromisso firme e consequente da Câmara Municipal de Coimbra terá um efeito multiplicador em toda a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Coimbra tem condições únicas para liderar. O momento é agora.

As Organizações subscritoras